

**FRANCISCO MONTEIRO ROCHA JÚNIOR**

**RECURSO ESPECIAL  
E RECURSO  
EXTRAORDINÁRIO  
CRIMINAIS**

**3ª EDIÇÃO**



2020



<b>Copyright</b> © 2020	Francisco Monteiro Rocha Júnior
<i>Editora-Chefe</i>	Fernanda Pacheco Amorim
<i>Capa e Diagramação</i>	Carla Botto de Barros
<i>Revisão</i>	Marcelo Haggeman dos Santos
<i>Produção editorial</i>	Laura Pra Baldi de Freitas
<i>Preparação de texto</i>	Deborah Cristina Amorim

## CONSELHO EDITORIAL

Aldacy Rachid Coutinho - UFPR	Gabriel Real Ferrer - UNIVALI e Universidad de Alicante-ES
Alexandre Moraes da Rosa - UFSC e UNIVALI	Giada Franca da Costa - Estácio de Sá-UNESA, UERJ e EMERJ
Alfredo Copetti Neto - Unioeste e Unijuf	Jéssica Gonçalves - UFSC
Ana Claudia Bastos de Pinho - UFPA	Jorge Bheron Roche - Unifor
Claudio Ladeira de Oliveira - UFSC	Juan Carlos Vezzulla - IMAP-PT
Claudio Melim - Univali	Júlio César Marcedlino Jr - UNINGUL
Daniela Villani Bonaccorsi - Imed	Márcio Ricardo Staffen - UNIVALI
Denise Schmitt Siqueira Garcia - UNIVALI	Maris Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI
Diogo Rudge Malen - UERJ e UFRJ	Orlando Ceiso da Silva Neto - UFSC
Eduardo de Azeite Larrey - UFSC	Pedro Miranda de Oliveira - UFSC
Flávio Panzeri - PUC/PR	Roberto Micó - Universidade de Coimbra-PT
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto - UFSC e UNIVALI	

### CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R573r  
3. ed.

Rocha Júnior, Francisco Monteiro  
Recurso especial e recurso extraordinário criminais / Francisco Monteiro Rocha  
Júnior. - 3. ed. - Florianópolis [SC] : Emals, 2020.  
281 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-86439-24-3

1. Processo penal - Brasil. 2. Recurso especial - Brasil. 3. Recurso extraordinário - Brasil. 4. Brasil. [Código de Processo Civil (2015)]. I. Título.

20-66373

CDU: 343.1

Camille Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

.....  
É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e seus §§ 1º, 2º e 3º, Lei da Lei 10.695 de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).



**EMals**  
Editores & Livraria Editora

Todos os direitos desta edição reservados à EMals.  
[www.emalseditora.com.br](http://www.emalseditora.com.br)  
[euquero@emalseditora.com.br](mailto:euquero@emalseditora.com.br)  
Florianópolis/SC

.....  
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	17
<b>APRESENTAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO</b> .....	19
<b>APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO</b> .....	23
<b>APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO</b> .....	29
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	31
<b>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO AOS RECURSOS CRIMINAIS DIRIGIDOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES</b> .....	33
<b>1. Funções constitucionais dos recursos dirigidos aos tribunais superiores</b> .....	33
1.1. Recurso Extraordinário no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro .....	33
1.2. Recurso Extraordinário no sistema recursal do Supremo Tribunal Federal: função e delineamentos gerais .....	37
1.3. Recurso Especial e o sistema de controle da legalidade das decisões dos Tribunais locais .....	38
1.4. O sistema brasileiro de precedentes .....	40
1.4.1. Lei 13.964/2019 e o sistema de precedentes no processo penal brasileiro .....	44
<b>2. Conceito, fundamentos, classificação e efeito dos recursos</b> .....	47
2.1. Conceito e fundamentos .....	47
2.2. Classificação dos recursos: ordinários e extraordinários .....	50
2.3. Efeitos dos recursos: devolutivo e suspensivo .....	51
<b>3. A trajetória do efeito suspensivo dos recursos criminais excepcionais</b> .54	
3.1. O efeito suspensivo de 1988 até o julgamento do HC 84.078 pelo STF . 54	
3.1.1. A necessidade do esgotamento da segunda instância de jurisdição: interposição, julgamento e publicação dos embargos de declaração .....	55
3.1.2. Regramento especial para as penas restritivas de direito, segundo a qual, somente são executadas após o trânsito em julgado .....	55

3.1.3. Inexistência de irresignação ministerial contra a sentença de 1º grau que estabelece a necessidade de decisão com trânsito em julgado para a expedição de mandado de prisão.....	56
3.2. O efeito suspensivo entre o julgamento do HC 84.078 até o julgamento do HC 126.292 pelo STF.....	57
3.3. O efeito suspensivo entre o julgamento do HC 126.292 até o julgamento das ADCs 43, 44 e 54 pelo STF .....	60
3.3.1. Não conhecimento de habeas corpus que buscavam a soltura do paciente – independentemente do tema nele debatido – pelo fato de que houve esgotamento das instâncias ordinárias.....	64
3.3.2. Iniquidade do entendimento do HC 126.292 do STF face a pluralidade de provimentos de recursos especiais defensivos.....	66
3.4. O atual reconhecimento do efeito suspensivo aos recursos extraordinários criminais: o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43, 44 e 54 .....	70

## **CAPÍTULO II - PRESSUPOSTOS ORDINÁRIOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO..... 77**

<b>1. A distinção entre os pressupostos ordinários, constitucionais e específicos dos recursos especial e extraordinário .....</b>	<b>77</b>
<b>2. Os pressupostos ordinários dos recursos especial e extraordinário .....</b>	<b>78</b>
2.1. Pressupostos subjetivos .....	78
2.1.1. Legitimação para recorrer.....	78
2.1.2. O interesse em recorrer.....	79
2.2. Pressupostos objetivos.....	81
2.2.1. Cabimento: a regularidade procedimental.....	81
2.2.2. A tempestividade e a Súmula 710 do STF .....	81
a) contagem de prazo no processo penal .....	82
b) contagem de prazo para o Ministério Público .....	82
c) feriado estadual ou municipal no dia de vencimento do prazo .....	83
d) (des)necessidade de reiteração dos recursos excepcionais protocolados antes do julgamento dos embargos de declaração e Súmulas 418 e 579 do STJ .....	85
e) tempestividade do recurso excepcional transmitido via fac-símile (fax) e Súmula 216 do STJ.....	87
f) Lei 7.871/89 e prazo em dobro da Defensoria Pública e inaplicabilidade para defensores dativos.....	88
2.2.3. O preparo .....	89

## **CAPÍTULO III - OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO..... 91**

<b>1. Pressupostos constitucionais comuns ao Recurso Especial e ao Recurso Extraordinário.....</b>	<b>92</b>
--	-----------

1.1.	Decisão proferida em única ou última instância e Súmulas 207 do STJ e 281 do STF.....	92
1.2.	Cisão da decisão: interposição de embargos infringentes ou de nulidade simultaneamente aos recursos excepcionais?.....	94
1.2.1.	O entendimento do STF e a respectiva Súmula 355 .....	95
1.2.2.	O entendimento do STJ e a respectiva Súmula 207.....	97
<b>2.</b>	<b>Pressupostos constitucionais exclusivos do Recurso Especial.....</b>	<b>101</b>
2.1.	Decisão recorrida proveniente de Tribunal e Súmula 203 do STJ.....	101
2.1.1.	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal e Turma Nacional de Uniformização da jurisprudência .....	103
2.1.2.	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal e Resolução 03/2016 do STJ .....	103
2.2.	Existência de questão federal infraconstitucional a ser dirimida .....	105
2.2.1.	A contrariedade e a negativa de vigência à Lei Federal: art. 105, III, alínea “a” da Constituição Federal.....	106
a)	abrangência do termo “lei federal” e Súmula 399 do STF.....	106
b)	significado de “contrariedade” e “negativa de vigência” .....	107
c)	indicação do texto legal violado e demonstração de como se procedeu a violação .....	111
2.2.2.	A divergência entre o julgado recorrido e a decisão de outro tribunal: art. 105, III, alínea “c” da Constituição Federal.....	112
a)	Divergência entre o julgado recorrido e a decisão de outro tribunal e a Súmula 13 do Superior Tribunal de Justiça .....	113
b)	Cotejo analítico: identidade jurídica e semelhança fática e RISTJ.....	115
c)	Comprovação do dissídio jurisprudencial.....	117
<b>3.</b>	<b>Pressuposto constitucional exclusivo do Recurso Extraordinário: existência de questão constitucional a ser dirimida. .</b>	<b>119</b>
3.1.	Cabimento contra decisão de Turma Recursal de Juizado Especial Criminal e Súmulas 640 e 690 do STF.....	119
3.2.	Existência de questão constitucional nas decisões de segunda instância que declaram a inconstitucionalidade ou infirmam a constitucionalidade de norma federal .....	121
3.2.1.	A suscitação do incidente de inconstitucionalidade (art. 97 da Constituição Federal) e Súmula 513 do STF .....	123
3.2.2.	Indicação do texto constitucional violado e demonstração de como se deu a violação .....	126
3.3.	A contrariedade de dispositivo da Constituição Federal: art. 102, III, alínea “a” da Constituição Federal.....	128
3.3.1.	Necessidade de contrariedade direta à norma constitucional e Súmula 636 do STF .....	128
3.4.	A declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal: art. 102, III, alínea “b” da Constituição Federal .....	131
3.4.1.	Princípio da presunção da constitucionalidade das leis como condicionante da interpretação constitucional realizada no Recurso Extraordinário fundado na alínea “b”.....	132

3.5. Os mecanismos de interpretação constitucional .....	134
3.5.1. A interpretação conforme e a declaração de nulidade sem redução de texto .....	135
3.5.2. A filtragem constitucional .....	138
<b>4. Permissivos constitucionais inaplicáveis na seara criminal: a irrelevância das alíneas “c” e “d” do o art. 102, III da Constituição Federal .....</b>	<b>141</b>

## **CAPÍTULO IV - PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO. .... 143**

<b>1. Pressupostos específicos de admissibilidade comuns aos Recursos Especial e Extraordinário .....</b>	<b>145</b>
1.1. Necessidade de questionamento do tema objeto do recurso especial ou extraordinário .....	145
1.1.1. As diversas concepções do questionamento e a aceção adotada (e sua limitação de ordem prática) .....	146
1.1.2. Embargos de declaração não inovam tema a título de questionamento .....	151
1.1.3. Recurso contra decisão que a despeito de declaratórios não aborda questão que foi ventilada .....	154
a) Tema federal não abordado – Recurso Especial fundado no art. 619 do Código de Processo Penal – Súmula 211 do STJ .....	154
b) Tema Constitucional não abordado – embargos suficientes para questionar a questão constitucional – Súmula 356 do STF .....	159
1.1.4. Violação de norma que surge originariamente no acórdão recorrido e desnecessidade dos embargos – posição contrária da jurisprudência .....	162
1.1.5. Questionamento e nulidade absoluta .....	164
1.1.6. Da viabilidade do questionamento implícito .....	167
1.1.7. Questionamento, questão prejudicial e de mérito .....	168
1.1.8. Embargos de Declaração, caráter protelatório e Súmula 98. ....	170
1.1.9. Questionamento, voto vencido e Súmula 320 .....	172
1.2. Inadmissibilidade para reexame de prova e Súmulas 7 do STJ e 279 do STF: <i>a questão de fato e a questão de direito</i> .....	173
1.2.1. Questão de fato e questão de direito: distinções .....	174
1.3. Inadmissibilidade quando a decisão atacada não mudar seu dispositivo, mesmo com provimento do Resp ou RE .....	179
1.3.1. Inadmissibilidade do recurso especial quando há necessidade simultânea de Recurso Extraordinário não sendo esse interposto e vice-versa – Súmulas 126 do Superior Tribunal de Justiça e 283 do Supremo Tribunal Federal .....	179
1.3.2. Inadmissibilidade de recurso excepcional (isoladamente considerado) quando há fundamento não atacado .....	182

1.4.	Inadmissibilidade quando houver deficiência na fundamentação do recurso e Súmula 284 do STF .....	184
1.5.	Interposição restrita pelo assistente de acusação e Súmulas 208 e 210 do Supremo Tribunal Federal .....	186
1.5.1.	Restrições para a interposição de recursos ordinários .....	186
1.5.2.	Restrições para a interposição de recursos excepcionais .....	187
1.7.	Viabilidade em caso de contrariedade/negativa de vigência de princípio jurídico .....	190
<b>2.</b>	<b>Pressupostos específicos de admissibilidade exclusivos do Resp</b> ....	<b>192</b>
2.1.	Absoluta exigência de procuração nos autos para a interposição e Súmula 115 .....	193
2.2.	Improvemento quando tese do recurso é contrária a entendimento consolidado do tema e Súmulas 83 do STJ e 286 do STF .....	194
<b>3.</b>	<b>Pressupostos específicos de admissibilidade exclusivos do Recurso Extraordinário</b> .....	<b>196</b>
3.1.	Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão que julga recurso especial .....	196
3.1.1.	Cabimento contra decisão do STJ da qual emana, originariamente questão constitucional .....	197
3.2.	Necessidade da demonstração da Repercussão Geral para o conhecimento do Recurso Extraordinário .....	199
3.2.1.	Fundamento jurídico e legislação comparada .....	199
3.3.2.	Eficácia vinculante e efeito <i>erga omnes</i> .....	201
3.3.3.	Requisitos para o tema do recurso possuir repercussão geral .....	202
<b>CAPÍTULO V - PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS</b> .....		<b>205</b>
<b>1.</b>	<b>Interposição: requisitos essenciais, contraditório e princípios regentes</b> .....	<b>206</b>
1.1.	Requisitos essenciais .....	206
1.2.	Interposição no Tribunal no qual foi proferida a decisão recorrida ...	207
1.3.	Contraditório: contrarrazões da parte contrária .....	207
1.4.	Princípio da primazia do mérito .....	209
<b>2.</b>	<b>Juízo de admissibilidade no Tribunal a quo art. 1.030 do NCPC</b> ..	<b>210</b>
2.1.	Recursos que serão negados, sem análise do tema federal ou constitucional veiculado .....	211
2.1.1.	Tema do recurso não teve repercussão geral reconhecida ou acórdão recorrido acolhe entendimento da repercussão geral .....	212
2.1.2.	Acórdão em conformidade com entendimento do STF ou do STJ. ...	213
2.2.	Recursos que serão encaminhados para retratação do órgão no qual foi julgado o acórdão recorrido .....	214
2.3.	Recursos que serão sobrestados e as e as questões correlatas da manutenção da prisão cautelar e da prescrição .....	216

2.3.1. É razoável a manutenção da prisão cautelar em processo suspenso por aguardar decisão final de Repercussão Geral ou Recurso Repetitivo? .....	216
2.3.2. Como incidiriam os prazos prescricionais em processo suspenso por aguardar decisão final de Repercussão Geral ou Recurso Repetitivo? .....	218
2.4. Recursos cuja admissibilidade será analisada e seleção dos representativos da controvérsia .....	219
2.4.1. Juízo de admissibilidade dos recursos. ....	219
2.4.2. Seleção de recurso representativo de controvérsia .....	221
2.5. Demais aspectos do juízo de admissibilidade realizado pelo <i>Tribunal a quo</i> . ....	222
2.5.1. Fundamentação da decisão de admissibilidade dos recursos excepcionais .....	222
2.5.2. Da inexistência (segundo a jurisprudência) de impedimento de magistrado que participa do julgamento da ação penal originária para proferir o juízo de admissibilidade do Resp ou RE .....	223
<b>3. Do procedimento de julgamento dos Recursos Extraordinários e Especiais nos Tribunais Superiores admitidos pelo tribunal de origem .....</b>	<b>224</b>
3.1. Da ordem de julgamento do recurso especial e extraordinário interpostos simultaneamente .....	224
3.2. Da hipótese em que o recurso extraordinário deve ser julgado anteriormente ao recurso especial .....	226
3.3. Admissão total e parcial na origem e conhecimento na Corte Superior (Súmulas 528 e 292 do STF) .....	227
<b>4. Dos recursos contra decisão de inadmissibilidade dos recursos excepcionais. ....</b>	<b>229</b>
4.1. Agravo interno no tribunal de origem .....	229
4.1.1. Contra decisão que nega seguimento em virtude de repercussão geral, recurso repetitivo ou que determina sobrestamento de recurso .....	229
4.1.2. Contra decisão que determina sobrestamento de recurso extraordinário e recurso especial intempestivo .....	230
4.1.3. Contra decisão que suspende recurso que verse sobre questão afetada à sistemática dos recursos repetitivos .....	231
4.2. Agravo ao Tribunal Superior .....	232
4.2.1. Hipótese de cabimento .....	232
4.2.2. Prazo de 15 dias corridos para interposição do agravo .....	233
4.2.3. Interposição e procedimento prévio .....	234
4.2.4. (Ordem de) Julgamento nos tribunais superiores .....	235
4.2.5. O tema do agravo e Súmulas 182 do Superior Tribunal de Justiça e 287 do Supremo Tribunal Federal .....	236



4.3.	Recurso contra denegação dos agravos: agravo regimental (interno) .	238
4.3.1.	Interposição e procedimento . . . . .	238
4.3.2.	Prazo de 5 (cinco) dias corridos para a interposição do agravo regimental criminal . . . . .	239
4.3.3.	Tema do agravo regimental e aplicabilidade da Súmula 182 do STJ por analogia . . . . .	240
<b>5.</b>	<b>Os embargos de divergência . . . . .</b>	<b>241</b>
5.1.	Noções gerais . . . . .	241
5.2.	Do cabimento . . . . .	242
5.2.1.	Da natureza dos acórdãos embargáveis . . . . .	242
	a) Não cabimento quando dissenso se dá entre acórdãos proferidos em habeas corpus ou recurso ordinário em habeas corpus . . . . .	242
	b) Acórdãos de mérito ou que ao menos tenham apreciado a controvérsia e Súmulas 315 e 316 do STJ . . . . .	243
	c) Para além do julgamento do mérito: regulamentação e entendimento do STF sobre o tema . . . . .	245
	d) Acórdãos de recursos ou ações de competência originária, e debate de direito material ou processual . . . . .	246
5.2.2.	Descabimento quando jurisprudência se firma no sentido do acórdão recorrido. . . . .	247
5.2.3.	Embargos de Divergência endereçados ao mesmo órgão do qual emanou a decisão recorrida . . . . .	248
5.3.	Prazo de 15 (quinze) dias dos embargos de divergência. . . . .	249
5.4.	Da comprovação da divergência . . . . .	249
5.5.	Do procedimento . . . . .	250
5.5.1.	Do procedimento no STJ . . . . .	251
5.5.2.	Do procedimento no STF . . . . .	252
<b>6.</b>	<b>Procedimento do recurso repetitivo e da repercussão geral . . . . .</b>	<b>253</b>
6.1.	O procedimento dos recursos repetitivos no STJ . . . . .	253
6.1.1.	Requisitos para indicação de recurso como representativo de controvérsia. . . . .	254
6.1.2.	Saneamento inicial do recurso recebido como representativo da controvérsia. . . . .	255
6.1.3.	A afetação do recurso representativo de controvérsia e a limitação da suspensão dos feitos criminais no território nacional . . . . .	257
6.1.4.	Procedimento da afetação e hipótese de desafetação . . . . .	260
6.1.5.	Efeitos da afetação e processamento do recurso repetitivo . . . . .	261
6.1.6.	Efeitos do julgamento do recurso repetitivo nos demais processos . . . . .	263
6.1.7.	Cabimento de recurso e procedimento de revisão do tema repetitivo . . . . .	264
6.2.	O procedimento da repercussão geral no STF . . . . .	265
6.2.1.	Indeferimento liminar do recurso extraordinário pela patente inexistência de repercussão geral. . . . .	265

RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO CRIMINAIS - 3ª EDIÇÃO .....

6.2.2. Do cabimento de agravo regimental contra decisão monocrática que liminarmente deixa de reconhecer a repercussão geral .....	266
6.2.3. Do exame da repercussão geral pelo Plenário Virtual .....	267
6.2.4. Da repercussão geral presumida .....	268
6.2.5. O julgamento da questão constitucional (mérito) do recurso extraordinário. ....	269
6.2.6. Da admissão de terceiro interessado na apreciação dos recursos extraordinários. ....	270
6.2.7. Vigência da lei e exigibilidade da respectiva demonstração .....	272
<b>7. Demais aspectos do procedimento dos recursos excepcionais .....</b>	<b>272</b>
7.1. Cabimento de <i>habeas corpus</i> perante o STF em face de decisão que nega provimento a recurso especial, agravo ou agravo regimental. . . .	272
7.2. Efeitos da decisão do Recurso Especial ou Extraordinário .....	273
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>275</b>